

Apresentação

De 2 a 6 de fevereiro de 2004 mais de cinquenta frades se reuniram em Adis-Abeba, capital da Etiópia, para dialogar durante uma semana sobre o tema da fraternidade evangélica num mundo multiétnico.

O Serviço de Justiça, Paz e Ecologia da Cúria Geral organizou esse encontro para proporcionar aos frades uma oportunidade de se tornarem melhores artesãos de paz.

A Ordem, em quanto tal, certamente não pode fazer gestos espetaculares para frear as guerras que estão devastando o mundo, nem impedir as que ameaçam estourar. Contudo, como irmãos, não poderíamos fazer qualquer coisa a mais? A nossa própria fraternidade evangélica não poderia promover modelos de paz que tenham força de atração e capacidade de afastar as ameaças de guerra? Certamente, sim! Devemos reconhecer humildemente em nós mesmos uma força gerada pelo Espírito de Deus que nos fez pessoas votadas à paz, artesãos de paz explicitamente comprometidos a propagá-la ao nosso redor.

Mas é também verdade que às vezes nos faltam os instrumentos adequados. Então pode ser bem útil a tarefa do Serviço de Justiça, Paz e Ecologia em reunir os frades numa espécie de laboratório que desenvolva instrumentos adaptados a nós.

O precioso objeto da nossa reflexão é o componente essencial da humanidade que se chama etnicidade. Nós todos somos membros de uma etnia que produziu a cultura através da qual nós nos exprimimos e que constitui um componente essencial da nossa identidade. Para cada um de nós a etnia é uma parte fundamental da qualidade da própria pessoa. Ninguém gostaria de se ver amputado do seu caráter étnico, porque cada um sabe bem que nele reside boa parte do seu modo de amar e alguns dos melhores motivos para ser amado!

Todavia sabemos também que a coabitação de etnias diferentes e afirmações exclusivas de identidade foram motivo de muitos conflitos. Não é tão freqüente que a identidade étnica seja em si mesma causa de conflitos; mas ela constitui muitas vezes o critério de fácil justificação de conflitos que surgiram por tantos outros motivos; e se podem igualmente ver líderes sem escrúpulos que a utilizam para fazer seus clientes prisioneiros a serviço de causas dubitáveis e tantas vezes egoístas.

Qual seria o papel da nossa fraternidade em tudo isso? Coloquemos simplesmente juntas a nossa profissão de artesãos de paz e a maravilhosa variedade das nossas origens étnicas. Não somos nós de fato verdadeiros irmãos gerados pelo próprio Espírito a partir de várias centenas de etnias e de culturas? Dessa graça pode emergir uma sólida estratégia de paz.

Juntos fazemos uma comunhão rica de todas as nossas diferenças, fecunda de todas as nossas possibilidades tão diversas. Viver verdadeiramente a fraternidade evangélica sem apagar as nossas especificidades culturais significa oferecer ao mundo um modelo imitável de paz. Não nos resta, portanto, serão desenvolver os nossos dons nessa direção.

Os irmãos que se reuniram em Adis-Abeba apresentam-lhes agora, numa carta, dez propostas que podem ajudar-nos a sermos melhores artesãos de paz na riqueza do nosso mundo contemporâneo. As propostas foram formuladas depois de serem ouvidas as apresentações feitas por diversos participantes e depois de terem longamente dialogado entre eles a partir das suas experiências. A carta que publicamos aqui lhes oferece uma contribuição para o desenvolvimento espiritual da nossa Ordem. Uma contribuição modesta e, ao mesmo tempo, generosa! Porque esses irmãos vieram de muitos países diferentes, falavam línguas diferentes, e trouxeram consigo uma bagagem



de experiências extremamente diversificada: pertenciam a um amplo espelho de culturas e de etnias e, no caso de muitos, se encontraram pela primeira vez. Mesmo assim conseguiram reconhecer caminhos de paz sobre os quais nós poderemos ir adiante juntos antes de comprometer em tais percursos os povos dos quais nós próprios viemos.

Este fascículo traz também duas das principais conferências apresentadas durante o encontro: a de Dom Anselme Tianma Sanon, Arcebispo de Bobodioulasso (Burkina Fasso) e a de Frei John Corriveau, nosso Ministro Geral. O primeiro texto se apóia na antropologia e na teologia para situar o nosso cominho na perspectiva da revelação divina e da cultura humana. O segundo se inspira nas fontes franciscanas e nos mais recentes esforços de reflexão da Ordem para indicar-nos concretamente como podemos realizar o que prometemos.

Mas leiam antes de tudo a *Carta de Adis-Abeba!*

Frei Aubert Bertrand,
Secretário.

CARTA DE ADIS-ABEBA

a todos os frades da Ordem

6 de fevereiro de 2004.

Caros irmãos,

O Senhor lhes dê a Paz!

Há cinco dias estamos reunidos em Adis-Abeba, frades vindos de cinco continentes e de trinta países, delegados das nossas respectivas conferências, para colocar em comum as nossas experiências e as nossas reflexões sobre o tema da *Fraternidade Evangélica num Mundo Multiétnico*. Com esta carta desejamos fazer-lhes um relatório do nosso encontro, partilhando com vocês todos aquilo que refletimos, quais foram as nossas intenções e apresentar-lhes algumas propostas que poderão – esperamos – enriquecer a nossa vida fraterna e o nosso testemunho evangélico.

A nossa primeira experiência comum foi a calorosa acolhida que recebemos dos nossos confrades da Etiópia. Fazemos questão de expressar-lhes logo no início o nosso reconhecimento. Muitos de nós ficamos comovidos pela generosa hospitalidade dos homens e das mulheres da Etiópia que pudemos saudar no centro da cidade de Adis-Abeba e nas vizinhanças da Fraternidade São Francisco. A riqueza multicultural das nossas liturgias celebradas em três línguas constitui um segundo motivo de gratidão. E queremos também agradecer às pessoas que se dispuseram a nos ajudar com seus dons: Aubert Bertrand, Diretor do Serviço de Justiça, Paz e Ecologia (SEJUPE) da Cúria Geral; Philip Baxter, responsável pela formação da Vice-Província de Zâmbia; Alessandra Aula, agente de promoção social do *Franciscans International* em Genebra; Dom Anselme Titianma Sanon, Arcebispo de Bobo-Dioulasso no Burkina Fasso, bem como John Corriveau, nosso Ministro Geral.

A Etiópia, país africano que preservou sua independência nacional desde a antiguidade, é pátria de 86 grupos étnicos que falam mais de 80 línguas e 200 variantes dialetais. As cidades são frementes de atividades e agrupam cerca de um quinto da população de 60 milhões de habitantes. A maioria das populações reside em tranquilos lugarejos na zona rural. É possível encontrar homens e mulheres etíopes que são en-

genheiros informáticos ou especialistas financeiros como outros que ainda praticam a agricultura tradicional ou levam a vida de pastores nômades como os seus antepassados. O povo etíope está subdividido em diferentes confissões religiosas e participa das riquezas das tradições cristãs, muçulmanas e hebraicas como da grande variedade de cultos animistas. A comunidade católica é pequena mas muito ativa com grande número de compromissos pastorais e sociais. Ela celebra a sua fé tanto na beleza do rito 'ge-ez' como na do rito latino.

A EXPERIÊNCIA FRATERNA DE ADIS-ABEBA

As exposições que escutamos em Adis-Abeba apresentaram os diversos aspectos do desafio e da promessa de uma vida evangélica vivida num mundo multiétnico. Durante o último Capítulo Geral, os nossos irmãos da África fizeram um apelo afim de que nós déssemos mais atenção ao *grito do pobre*. Como resposta a esse apelo, algumas regiões e províncias da Ordem iniciaram projetos com o objetivo, por exemplo, de combater a epidemia do HIV/AIDS. Outras concentraram sua atenção sobre a crise da dívida externa ou sobre guerras ou sobre os conflitos internos no Iraque, na Colômbia, na Libéria e outros. A nossa fraternidade capuchinha, presente e ativa praticamente em todo o mundo, nos oferece uma oportunidade ímpar de agirmos como "instrumentos de paz", de modo especial em relação às situações conflitantes alimentadas pelas tensões interétnicas ou inter-religiosas ou ainda pelas injustiças econômicas e sociais.

A diversidade étnica manifesta a riqueza da criação divina. Foi ela que fez nascer as nossas diferentes culturas. Todos os povos têm alta estima pela sua própria cultura, pela própria língua e pelas próprias raízes étnicas e pensam ter direito à mesma estima por parte dos outros. Mas, às vezes, chegam a crer que a sua cultura e as suas tradições étnicas são superiores às dos outros... E então nascem os choques e conflitos.

a. A CONTRIBUIÇÃO DA ANTROPOLOGIA E DA TEOLOGIA

Para encarar a essas situações, uma certa luz nos foi dada pela psicologia. O desafio é fazer as nossas fraternidades passarem do clima de respeito mútuo ao nível do amor e da amizade. Essa passagem deve se apoiar em dois fundamentos: antes de tudo, o domínio consciente e sereno de si mesmos, da própria autonomia pessoal, dos múltiplos aspectos da própria unicidade, inclusive dos elementos que derivam da cultura e da pertença étnica; e, depois, uma abertura à partilha e ao intercâmbio mútuo dessas qualidades com os outros até assumir a sua própria unicidade no terreno das nossas experiências, dos nossos valores, dos nossos interesses e das nossas aspirações comuns.

Também a antropologia sócio-cultural e a teologia nos iluminaram. A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* nô-lo recordou: “É próprio da pessoa humana necessitar da cultura, isto é, de desenvolver os bens e valores da natureza, para chegar a uma autêntica e plena realização” (nº 53). As nossas relações podem ser de morte ou de ressurreição. A violência e a corrupção que se observam em tantos lugares do nosso mundo não pertencem a nenhuma cultura nem etnia especial. A paz e a reconciliação têm profundas raízes nos costumes e nas tradições de muitos povos. Que nós sejamos irmãos e irmãs vindos de múltiplas etnias e culturas é uma bênção para a humanidade. O enriquecimento da humanidade através da diversidade, da multiplicidade das formas tradicionais da reconciliação, da imigração e do crescimento dos intercâmbios culturais deve ser reconhecido como um sinal da graça de Deus. A diversidade cultural, às vezes considerada como uma barreira, ao contrário, é um estímulo positivo, porque uma cultura não pode conhecer a si mesma a não ser quando encontra uma outra cultura.

b. O NOSSO CAMINHO DE RECONCILIAÇÃO

A Igreja que vive e atua em nossos tempos de globalização é instrumento de Deus para a justiça e a paz. Efetivamente, a missão da Igreja é a de revelar Deus como paz, justiça, verdade e amor. Todavia, a paz, como ressaltou João Paulo II, é impossível sem a justiça e não existe justiça sem reconciliação.

A reconciliação tem uma dimensão vertical e uma dimensão horizontal. A dimensão vertical depende da conversão pessoal: eu devo mudar. A dimensão horizontal se mede a partir do momento em que posso reconhecer uma outra pessoa como ‘um outro eu mesmo’. Nós capuchinhos, exortados pelas nossas próprias *Constituições* a “sentir-nos irmãos de todos os homens sem discriminação” (11,2), abraçamos uma vocação que exige, com todos os esforços possíveis, concretizar esta dimensão horizontal não só na dimensão interpessoal, mas também em nível ‘mundial’.

c. A PERSPECTIVA DOS DIREITOS DA PESSOA

Para assumir concretamente na nossa vida este aspecto abrangente da reconciliação, foi-nos proposto elaborar uma cultura dos direitos da pessoa. Como esses têm valor universal e estão inseridos no direito internacional que tem o poder de aplicá-los, os direitos da pessoa ultrapassam as etnias e as culturas. Porém, a sua transmissão e a sua aceitação por parte de cada indivíduo, por parte da comunidade e das nações não estão asseguradas por aquela espécie de osmose social que difunde os outros elementos culturais. Exige uma socialização e um aprendizado voluntários. Fundamentalmente devem basear-se num movimento da pessoa para fora de si mesma em direção aos outros. O carisma franciscano, que afirma a fundamental igualdade de todos os se-

res humanos e também a unidade da humanidade e do cosmo, é veículo especialmente adaptado à promoção de uma cultura dos direitos da pessoa no mundo e à defesa de tais direitos nas nossas próprias comunidades antes de tudo e, depois, nas instituições e nas estruturas da sociedade.

d. A REFLEXÃO FRANCISCANA

A relação, e especialmente a relação de fraternidade universal, está no centro do carisma franciscano. De fato, porém, a idéia que nós somos universalmente irmãos e irmãs encontra-se, antes de tudo, no centro da nossa fé cristã e brota das águas do nosso batismo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. A Trindade é “uma livre comunhão sem domínio e sem apropriação” e serve, portanto, como modelo de relação e, melhor ainda, de perfeita comunhão. E Cristo mesmo foi para além das barreiras sociais do seu tempo, do seu ambiente e da sua cultura para proclamar a todos a boa nova do Reino de Deus.

O gênio de Francisco fica bem evidente na sua descoberta que as relações humanas não se estabelecem de cima para baixo, mas de baixo para cima. Somente renunciando à própria posição social, desfazendo-se de todos os seus haveres e beijando o leproso ele começou a realizar a sua vocação de relação universal e de comunhão. Este chamado levou Francisco e seus irmãos para fora do seu mundo, como missionários do Evangelho, desde os primeiros dias da vida da nossa Ordem. Foi porque este chamado vibrava em Francisco que o sultão Malek El-Kamel pôde dizer que aquele pobre mendicante vestido com trapos que lhe tinha aparecido era um “homem extraordinário”.

A reconciliação, mesmo quando exige que se ultrapassem as fronteiras da cultura, da pertença étnica ou da religião, é sempre parte integrante do nosso testemunho franciscano. A nossa humildade – foi-nos recordado – deve ser muito mais que um piedoso ideal. As nossas *Constituições* nos advertem: “Não sejamos menores de mentira mas verdadeiros, de coração, de boca e de ação. Os sinais de humildade que os frades usam externamente pouco adiantam para a salvação das almas se eles mesmos não estiverem animados pelo espírito de humildade” (33, 2-3). É exatamente por isso que nós devemos verificar com atenção como vivemos esse espírito de humildade ou como, então, não lhe fazemos referência. Tal modo de proceder assume uma importância ainda mais crítica quando temos posições de autoridade, quando temos que intervir e meio às rivalidades interculturais ou interétnicas e quando administramos os recursos da Ordem.

Pode acontecer que nos acomodemos aos valores em aos modos de agir do mundo que divide os povos e as pessoas em “eles” e “nós”. Então um grupo se esforça por dominar os outros. A autoridade é utilizada como um poder sobre os outros e não a ser-

viço da comunhão; ela pode até tornar-se meio de domínio de um grupo sobre os outros. Também os modos de proceder econômicos, se não estiverem fundados na participação e na transparência, podem tornar-se instrumentos abusivos da autoridade e da opressão de um grupo sobre os outros.

e. IRMÃOS PRESENTES EM TODA PARTE

Além das apresentações temáticas que acabamos de recordar nos seus aspectos essenciais, pudemos aproveitar também de informações específicas que, felizmente, estão à nossa disposição porque temos irmãos presentes em toda parte. Alguns deles foram convidados a descrever a variedade cultural dos seus ambientes e também a falar dos conflitos ali existentes. Evidentemente é impossível que as experiências de um pequeno grupo de frades possam representar de modo adequado a complexidade de cada região. Mas, de qualquer modo, pudemos individuar pontos comuns neste mundo tão diversificado que em qualquer lugar é sempre o nosso mundo, no qual, nas pessoas dos nossos irmãos, habitamos concretamente.

SUCESSOS E DESAFIOS

As nossas partilhas nos permitiram compreender melhor a riqueza de situações multiétnicas e multiculturais como também nos fizeram ver claramente o perigo de conflito que existe quando um grupo procura dominar um outro. Acreditamos que seja útil precisar aqui que não queremos confundir etnia e cultura. Mesmo que essas duas realidades sejam estreitamente associadas, elas são distintas uma da outra.

Dentre as nossas observações, eis os muitos fatos que consideramos positivos e pelos quais queremos agradecer:

- A diversidade étnica e cultural dos cerca de 11.000 frades da nossa Ordem é um dom dado a todos nós e ao movimento franciscano, e é um sinal luminoso da graça de Deus.
- De grande valor são certas experiências multiétnicas da nossa Ordem que tiveram sucesso. Pensa-se à Cúria Geral, ao Colégio Internacional São Lourenço de Brindes, às casas de formação interprovinciais e à própria composição de muitas circunscrições da Ordem.
- As características étnicas são um fator de crescimento especialmente quando são enriquecidas pelo Evangelho e pela nossa tradição capuchinha.
- Em muitas regiões do mundo existem capuchinhos que já trabalham na reconciliação entre membros de etnias e de grupos culturais em luta. O nosso irmão Alejandro Labaca e a Irmã Inês Arango deram a vida por essa causa.

- A fraternidade evangélica nos oferece a possibilidade de evangelizar e também de sermos evangelizados.
- Viver no exterior e numa cultura diferente da própria pode mudar profundamente um frade, ajudá-lo a conhecer melhor a si mesmo e a conhecer a Ordem e o mundo de um ponto de vista novo e vivificante. E, ao mesmo tempo, aqueles que o acolhem são nutridos pela sua própria riqueza.
- Os nossos compromissos na defesa dos direitos da pessoa, na defesa dos pobres e dos excluídos como também na proteção da criação representam valores importantes.
- A imigração, que tantas vezes é motivada por urgentes necessidades humanas e, às vezes, por grandes tragédias, constitui, todavia, um importante fator de progresso e oferece à nossa própria Ordem oportunidades preciosas de reavaliação cultural e de novas vocações.

Contudo, encontramos também algumas situações que nos convidam a elaborar justas reações:

- Alguns conflitos de base como as divisões de classe, de castas, de grupos étnicos ou de movimentos migratórios, muitas vezes são incentivados e utilizados para camuflar problemas ainda mais profundos como as desigualdades econômicas, as explorações sociais, os nacionalismos fanáticos e as vontades de excessiva exploração das reservas naturais.
- Às vezes somos levados a examinar os conflitos étnicos que existem fora das nossas fraternidades, ignorando aqueles que chocam entre nós. É uma negligência que nos causa muitos danos.
- Muitas vezes adotamos a opção mais fácil de adaptação aos valores e aos costumes do mundo – mesmo quando estão em contradição com o Evangelho – em vez de empenharmo-nos pela sua mudança.
- Na raiz de muitos problemas se pode reconhecer a sede de poder sobre os outros e até, mais precisamente, o desejo de poder sobre os que não pertencem ao próprio grupo.
- Em muitos países os imigrantes são considerados mais como problema e peso do que como recurso para o crescimento e o desenvolvimento.
- Observa-se que nossos frades que viveram no exterior por muitos anos e fizeram a experiência de um estilo de vida diferente e de um outro sistema de valores encontram dificuldades para adaptar-se quando retornam à pátria e querem reintegrar-se à sua comunidade de origem.
- A globalização da economia de mercado capitalista dividiu o mundo entre “vencedores” e “perdedores”. Como frades menores nós somos chamados a ter uma soli-

dariedade especial com os marginalizados; todavia, muitas vezes, na prática, vivemos a vida dos “vencedores”, junto aos quais buscamos o apoio econômico.

- As nossas diferenças não derivam somente da pertença étnica e da cultura. Elas provêm também de outros fronts, como a experiência histórica e a teologia, que podem até cavar profundas separações. A propagação inconsciente de preconceitos e os discursos maldosos a esse respeito são capazes de obstruir o caminho da vida fraterna evangélica.
- O crescimento numa situação intercultural exige que se “morra a si mesmos” e que haja um empenho ativo no processo de intercâmbio com o outro durante o qual se saiba dar e se saiba também receber. Em geral somos mal preparados para essa experiência e, inutilmente, procuramos viver relações de ‘mão única’.
- Quando os frades, sem nenhuma delicadeza, exercitam a autoridade em relação a membros de comunidades étnicas diferentes da sua, é previsível que suscitem rebeliões.

AS NOSSAS PROPOSTAS

Esperamos vivamente que aquilo que nós aprendemos e partilhamos em Adis-Abeba possa ser útil à nossa fraternidade evangélica em todo o mundo bem como à Igreja e à sociedade. Com este objetivo, apresentamos as seguintes propostas:

- *Objeto de reflexão pessoal.* Os animadores das nossas fraternidades deveriam encorajar os seus irmãos a tomar sempre mais clara consciência do caráter multiétnico da Ordem e a empenharem-se no processo de intercâmbio e partilha intercultural. Os nossos animadores não deveriam fechar os olhos diante das tensões interétnicas que encontram; ao contrário, devem procurar entendê-las e resolvê-las com plena justiça. Não tenhamos medo de refletir sobre o uso que fazem da sua autoridade nessas situações especiais.
- *Em apoio à diversidade.* Pedimos que todos os frades se apliquem através da reflexão pessoal na descoberta da diversidade como um dom de Deus que devemos celebrar e que nos chama à conversão. Podemos comparar a nossa Ordem, a Igreja e o mundo a uma imensa orquestra na qual as numerosas etnias são os tantos instrumentos que, juntos, podem executar a sinfonia da criação de Deus. É preciso reconhecer que em muitas províncias e conferências da Ordem já se faz um esforço para tocar de modo brilhante as harmonias dessa partitura.
- *Fortalecimento da formação.* Sugerimos aos grupos de formação que se esforcem em

ajudar os candidatos a ultrapassar o etnocentrismo ou qualquer outra tendência que possa impedi-los de abraçar, sem hesitação, a dimensão multicultural da nossa Ordem. Recomendamos aos formadores que acentuem também a sensibilização quanto à diversidade étnica convidando os jovens frades, por exemplo, a fazer períodos de experiência em outros contextos culturais e a aprender outras línguas diferentes da sua.

- *Releitura do contexto da missão.* Quando a Ordem está por implantar-se numa nova nação e numa cultura ainda não presente entre nós, é essencial que os frades aos quais é confiado esse passo pratiquem um ‘mergulho’ cultural na comunidade ao serviço da qual querem colocar-se. Nas situações em que os frades de uma dada província, também dentre as províncias mais antigas da Ordem, vão ajudar uma outra circunscrição mais jovem ou também fundar novas presenças em países onde a Ordem já está presente, devem fraternalmente reconhecer a autenticidade e a legitimidade da fraternidade local e não procurar suplantiar os usos locais com a importação dos seus próprios costumes.
- *Encorajamento à colaboração e à solidariedade.* Cremos que seja importante destacar uma realidade nova na vida da nossa Ordem: o declínio numérico e o envelhecimento em muitas das províncias mais antigas da Ordem ameaçam essas circunstâncias de desaparecimento completo. A sua possibilidade de sobrevivência – e nós cremos que elas tenham boas razões para querer sobreviver – está na ajuda em pessoal que elas poderiam receber por parte das circunscrições mais jovens. Essa prática de solidariedade com a entrada de pessoal é já uma realidade viva na Ordem e deverá difundir-se durante os próximos anos. É, portanto, urgente que os frades das províncias que receberão ajuda como aqueles das províncias que irão reforçar as primeiras se preparem com esforço e com serenidade para enfrentar os problemas colocados pela diversidade como também para aproveitar das riquezas que ela oferece. Que as províncias e as conferências estudem bem esses novos dados da vida da nossa Ordem a fim de utilizar melhor os nossos recursos humanos a serviço do testemunho evangélico ao qual nos consagramos.
- *Revisão do serviço da autoridade.* Em nossa fraternidade a autoridade deve ser exercida com espírito de serviço em vista da comunhão e da missão. Pedimos às províncias e às conferências que elaborem métodos de difusão e de promoção das qualidades essenciais para esse serviço: a integridade e a coerência, a confiabilidade e a disponibilidade a prestar contas, o senso do diálogo e a dedicação ao bem comum. Evidentemente será preciso também ensinar como essas qualidades se inse-

rem concretamente no exercício das funções de autoridade. Francisco renunciou à sua posição social para tornar-se irmão universal. A justiça e a paz começam com a conversão pessoal. “Irmão” não é somente um cômodo título: é um programa, uma fórmula de relação com os outros. São algumas das realidades que devem ser refletidas na nossa maneira de exercitar a autoridade.

- *Celebração dos capítulos locais.* Sugerimos que os capítulos locais sirvam mais para construir a nossa comunidade para além das nossas diferenças do que para resolver problemas locais específicos.
- *Desenvolvimento da economia fraterna.* Deve-se denunciar, nas nossas fraternidades e nos nossos ministérios, toda forma de gestão econômica que reflita domínio, discriminação, ambição e outros vícios semelhantes. Fazemos apelo a todas as fraternidades da Ordem a que enfrentem as questões econômicas de forma adaptada à cultura local, mas sem nunca renunciar à participação, à transparência, à necessidade de prestação de contas, à equidade e à solidariedade.
- *Orientação fraterna dos ministérios.* Queremos homenagear aqueles irmãos que estão comprometidos nos ministérios da caridade a serviço dos pobres. Contudo, lembramos que é preciso sempre reexaminar os nossos ministérios sociais para assegurarmos que respeitem os valores que queremos promover no campo econômico, especialmente a participação, a transparência e a solidariedade. Faltando esse exame crítico regular, tais ministérios podem acabar perpetuando situações de dependência mais que ajudar os nossos irmãos a assumir as suas responsabilidades e a melhorar de fato a sua condição. Como nos recordava seguidamente o nosso Ministro Geral: “os pobres não têm necessidade de protetores paternalistas; eles precisam de irmãos”.
- *Cooperação com as organizações afins.* Esperamos que se intensifique a colaboração com o *Franciscans International* e com outros organismos semelhantes, porque eles nos dão a possibilidade de estender o alcance do nosso testemunho evangélico e de contribuir para a construção da justiça, da paz e do respeito pela criação na Igreja e na sociedade. Encorajamos também os nossos irmãos a envolverem-se mais nas ações de solidariedade, de reconciliação, de promoção e de defesa dos direitos das pessoas, com uma atenção especial pelos direitos dos imigrantes e das minorias étnicas e à salvaguarda da criação.

MÃOS À OBRA!

Aquilo que experimentamos em Adis-Abeba tocou profundamente a todos. As propostas que lhes fazemos aqui são o fruto de uma reflexão fraterna que quisemos fazer como verdadeiro serviço a toda a fraternidade.

Por isso, humilde e fraternamente, convidamos todos a estudar essas nossas reflexões e propostas para fazê-las suas. Façam esse exercício pessoalmente e em fraternidade: é esse o modo necessário para aproveitar do serviço que lhes quisemos prestar.

Ousamos pedir aos definidores provinciais que confiem ao secretário de justiça e paz da sua província ou a um outro grupo por eles escolhido a tarefa de animação que esta carta poderá inspirar, a fim de que se encontre uma forma para a aplicação das suas propostas. Todos os frades que participaram do encontro de Adis-Abeba saberão colocar-se à disposição para colaborar com esse serviço.

Estamos bem conscientes que o caminho que propomos é um caminho de longo prazo e que não é isento de dificuldades. Mas sabemos também que ele pode produzir frutos para a nossa Ordem, para a Igreja e para o mundo. *Que Cristo, luz e esperança dos povos, salvação de Deus, Palavra e força em quem tudo subsiste, seja nossa esperança. Nele tudo é possível, doce e fácil* (cf. Const. 186,4).

Seus irmãos reunidos em Adis-Abeba,

da Cúria Geral: fr. John Corriveau, fr. John Bednarik, fr. Vicente Carlos Kiaziku, fr. Aubert Bertrand, ROMA, Italia; fr. Patrick Crasta, FRASCATI, Italia. *Dall'ASMEN:* fr. François Koussaifi, ANELIAS, Líbano. *Dalla CCA:* fr. Charly Azcona, AMBATO, Equatore; fr. Claudio Bedriñan, BUENOS AIRES, Argentina. *Dalla CCB:* fr. Wilson Dallagnol, ROMA, Itália; fr. Ildo Perondi, LONDRINA, Brasile. *Dalla CCMSI:* fr. I. Jacob, TRICHY, Índia; fr. Mathew Parintirickal, ELURU, Índia; fr. George Valiyapadath, KOTTAYAM, Índia. *Dalla CECOC:* fr. Ludwik Kalinowski, CRACOVIA, Polónia. *Dalla CENOC:* fr. Joseph Calleja, KALKARA, Malta; fr. Kurt Egger, BOZEN-BOLZANO, Italia; fr. Michel Pihart, PEPINSTER, Belgio; fr. Guido Tireliren, ANVERSA, Belgio. *Dalla CIC:* fr. Gabriel Larraya, PAMPLONA, Spagna. *Dalla CIMPCap:* fr. Paolo Poli, PARMA, Italia. *Dalla CONCAM:* fr. Gregorio Álvarez López, L'AVANA, Cuba. *Dalla CONCAO:* fr. Ambrogio Besungu, fr. Gilbert Kambo Yongo, KINSHASA, R.D.Congo; fr. Charles Mary Eke, ENUGU, Nigeria; fr. Enzo Canozzi, BOUAR, Repubblica Centrafricana; fr. Mario Capriotti, COTONOU, Bénin; fr. Joaquim José Hangalo, LUANDA, Angola; fr. Zacharie Kolantrin, ABIDJAN, Costa d'Avorio. *Dall'EACC:* fr. Philip Baxter, LUSAKA, Zambia; fr. Beatus Kinyaya, DAR ES SALAAM, Tanzania; fr. Ghebremeskel Magino, NAZARETH, Etiopia; fr. Franco Marantonio,

fr. Angelo Pagano, ADDIS ABEBA, Etiopia; fr. Paulo Sulvai Minisso, QUELIMANE, Mozambico; fr. Agapit Mroso, LUSAKA, Zambia; fr. Donal O'Mahony, ERASMULSKLOOF, Sud Africa; fr. Norbert Auberlin Solondrazana, ANTANANARIVO, Madagascar. *Dalla NACC*: fr. Thomas Betz, PHILADELPHIA, Stati Uniti; fr. John Celichowski, MILWAUKEE, Stati Uniti. *Dalla SAPCC*: fr. Markus Manurung, PEMATANGSIANTAR, Indonesia; fr. Roger White, MENDI, Papua-Nuova Guinea. *Dalla Viceprovincia di Etiopia*: fr. Mathewos Ajabo, NAZARET, Etiopia; fr. Angelo Antolini, fr. Aklilu Petros, fr. Dejene Hidotto, WOLAITA, Etiopia; fr. Yohannes Bate, WOLDIA N. WOLLO, Etiopia; fr. Dominic Jesudas, fr. Roberto Dalloli, fr. Teklu Daye, fr. Fesseha Tafesse, fr. Gabriel W/Hanna, ADDIS ABEBA, Etiopia; fr. Isaias Gaetano, HOSANNA, Etiopia; fr. Woldemichael Milkamo, METAHARA, Etiopia.



*As culturas como mediação da graça de Deus
A complementariedade étnica na experiência da fé
A diversidade como via de reconciliação*

*Dom Anselme Tianma Sanon
Arcebispo de Bobodioulasso*

Para conhecer uma cidade é preciso conhecer como se nasce nela, como se vive nela, como nela se ama e como nela se morre. Para conhecer o mundo africano que nós evangelizamos, é coisa sábia conhecer como ali se faz a guerra, como ali se mata, como ali se reconcilia.

Como, então, esses povos (etnias, raças, tribos) e as suas sociedades se comportam para viver juntos em paz e em fraternidade? O texto dá uma indicação: “a relação de jogo”, “a relação de parentela de jogo”.

Como o Deus da revelação judeu-cristã age a fim de que a paz e a justiça aconteçam no mundo?

Como e por que a minha Igreja, a minha Igreja-Família, a Igreja-Fraternidade, deve se empenhar pela paz e pela justiça?

Por que é nossa missão viver e proclamar essa mensagem?

O modo de proceder do texto é muito clássico, colocando juntos os passos da experiência e, depois, outros da tradição cristã. A primeira parte é étnico-anropológica. Ela apresenta um mecanismo tradicional para fazer a paz.

I – AS CULTURAS COMO MEDIAÇÃO DA GRAÇA DE DEUS

1.1 Não se pode negar que houve um esforço real para cultivar a paz junto à justiça e à verdade.

Vejamos brevemente:

1) Nos hábitos cotidianos: Romper o silêncio. Saudações: é melhor saudar-se que não se saudar e, quando os rapazes e as moças do vilarejo se saúdam, o vilarejo vive e cresce. Ver-se, visitar-se faz a festa. Acolhida, hospitalidade. Ordem de passagem e de precedência. Palavras de maldição/bênção. Ritmos cíclicos de volta ao entendimento ancestral.

2) Símbolos: Vestir o verde. Plantar uma árvore. Carregar um galhinho. A cinza so-

bre a frente. Beber juntos numa cabaça. Um cordão, um bastão, elevar um monumento comemorativo.

3) Ritos e proibições: Celebrações e matrimônio, de funerais, de iniciação, de sacrifícios precedidos da reconciliação, da partilha.

4) Lugares: Espaço de explicação e de reconciliação. Uma montanha. Uma árvore, um bosque.

5) Momentos: De manhã cedo, um dia da semana, do mês, do ano.

6) Personagens e intermediários habilitados: “Griots” (poetas, músicos e feiticeiros ambulantes), (artesãos do couro), ferreiros (artesãos do fogo e do ferro), sobrinhos/netos, clãs. Em tudo isso há um mecanismo cultural imemorável.

1.2 Regulamentação dos conflitos em vista do entendimento e da paz.

Como se fazia a paz? Quais as palavras e os gestos para exprimi-la? A própria palavra “paz” varia segundo os grupos étnicos: evoca como se fazia a paz, as palavras e os gestos para dizê-lo: maaro, laafi, laafia, hèra, siaara, danmu... A tradição habitual da qual trataremos é dita “relação de parentela de jogo”. Trata-se de um tipo de relações entre pessoas indivíduos ou grupos, cujo comportamento, bem como o resultado final, são já conhecidos antes através do costume: o entendimento, a acolhida. Poder-se-ia pensar numa partida dura entre indivíduos ou grupos, na qual cada ator na cena e cada espectador conhecem a conclusão: uma vitória sem vencidos nem vencedores. Nas regiões africanas ocidentais a chamam “a relação de jogo” e “a relação de parentela de jogo”.

Olhando de perto, esse mecanismo 1) vem repetido desde um passado imemorável que é respeitado e que é assumido em comum; 2) utiliza um gênero de jogo: os atores na cena se escondem atrás de uma tradição que deu ótimos resultados; 3) reconhece uma relação de parentela da qual se ignoram as origens.

O valor cultural do fenômeno é originado por razões e motivações que os usuários não dominam mais. Usar um mecanismo significa que muitos conflitos referem-se a coisas muitas vezes relativas ao bem sagrado que é a paz. Por exemplo, no momento da *Semana Nacional da Cultura*, por causa da “Relação de Parentela de Jogo”, são organizadas partidas de futebol que opõe os grupos étnicos. Um jogador pode colocar a bola no próprio campo em favor do outro grupo para haver paridade no marcador.

1.3 Esse mecanismo é uma maneira de desfazer as tensões, de regular amigavelmente os conflitos, fazendo apelo a energias da tradição cultural.

1) Esse mecanismo é utilizado na co-habitação inter-racial, por exemplo numa família onde os dois cônjuges são de duas etnias “de jogo”, como também nos espaços de encontro antes e depois da solene celebração, na solução de graves conflitos.

2) No âmbito político, os políticos recorriam a ele para acalmar o público conquistar simpatias. Tem o mesmo uso para os que querem dizer à autoridade de não tomar as coisas muito a sério: coisa que permite dizer em voz alta o que os outros pensam em segredo nas suas mentes. Romper com o silêncio é uma condição de procura da paz e da verdade.

3) Assembléias de tipos diversos fazem apelo ao recurso da relação de “parentela de jogo” em vista de distender o clima.

São compostas por membros de proveniências múltiplas. Por isso um aprofundamento das razões de serem parentes por jogo.

1) reconhecimento, abertura e superação das situações

2) mesma fé, mesma esperança, mesma fraternidade a serviço da paz

3) o mesmo sangue nas nossas veias, fraternidade e nova raça graças ao antenato comum.

Nesse nível, a cultura, tantas vezes causa de conflitos em nome da língua e dos costumes, revela-se portadora de valores de comunicação e de comunhão. Ela se torna um elemento que opera a mediação entre as classes e os grupos étnicos, uma oportunidade de graça e de paz.

A cultura, tantas vezes causa de conflitos feitos em nome da língua e dos costumes, revela-se portadora de valores de comunicação e de comunhão.

II – A SERVIÇO DE UMA CULTURA DE PAZ E DE FRATERNIDADE NA MUNDIALIZAÇÃO

A segunda parte situa a Igreja na presente mundialização como instrumento e lugar de paz e de fraternidade. A análise das palavras chave nos conduz ao movimento da Revelação.

Deus se revela revelando-se como um Deus santo, um Deus de paz, de justiça, de verdade e de amor. Estes sentimentos e comportamentos são relações fundamentais que trazem a salvação. O ano 2000 foi celebrado como *Ano Internacional da Paz*, por uma cultura da paz, um milênio para o mundo e para o cristianismo partindo do nascimento de Jesus Cristo. Tal aniversário de 2000 anos do nascimento de Cristo foi fes-

tejado pelas igrejas cristãs como Grande Jubileu 2000. Para as nossas considerações aquilo que nos chama a atenção é a primeira mensagem anunciada no dia de seu nascimento. Lemos nos textos sagrados: “Juntou-se ao anjo uma grande multidão de anjos. Cantavam...” (Lc 2,13-14).

“Glória a Deus no mais alto dos céus” – A Deus a glória nos céus e paz sobre a terra aos homens – Aos homens a tarefa de fazer a paz sobre a terra. Este é o anúncio dos anjos que, há 2000 anos, acompanhou o nascimento de Jesus (cf. Lc 2,14) e que nós ouvimos ressoar alegremente na noite santa do Natal quando o Grande Jubileu foi solenemente aberto.

Essa mensagem de esperança que chega da gruta de Belém, nós queremos propô-la ainda uma vez no início do Novo Milênio: Deus ama todos os homens e todas as mulheres da terra e doa-lhes a esperança de uma nova era, de uma era de paz. O seu amor, revelado em plenitude no seu Filho que se fez carne, é o fundamento da paz universal.

O Filho suscita a sede de fraternidade que é capaz de afastar a tentação da violência e da guerra.

Acolhido no mais profundo do coração, ele reconcilia cada um com Deus e consigo mesmo, ele renova as relações dos homens entre si e suscita a sede de fraternidade que é capaz de afastar a tentação da violência e da guerra. O Grande Jubileu está ligado inseparavelmente a esta mensagem de amor e de reconciliação que traduz as aspirações mais profundas da humanidade do nosso tempo.

REFLEXÕES – CONVICÇÕES E MOTIVAÇÕES DA FÉ

Colocados sobre o terreno da fé, nós tentamos um esforço de reflexão sobre a teologia da paz: ou seja, uma concepção metódica ou um caminho para distinguir, de maneira racional, lógica, aquilo que se refere à religião, às crenças e aos cultos que dizem respeito a Deus.

Seguindo Santo Irineu que diz: “A glória de Deus é o homem vivo”, poder-se-ia acrescentar: a glória de Deus é o homem de paz, pacificado, pacífico.

Permaneçamos sobre o mesmo terreno do ano jubilar. Desta vez é Jesus mesmo que, aos trinta anos, introduz o tema (Lc 3,23). “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou com a unção, para anunciar a Boa Notícia aos pobres... e para proclamar um ano de graça do Senhor” (Lc 4,18-19).

Assim o universalismo da encarnação e da evangelização traz a mesma notícia, a alegria, a paz, a graça (Jo 1,14-18).

O Cântico de Zacarias (Lc 1,68-79) é como uma síntese dos dois movimentos do nosso caminho.

- 1) A libertação e a salvação, o perdão dos pecadores, a misericórdia, de uma parte,
- 2) A justiça e a santidade, a paz, de outra.

Assim se vê: A paz é uma graça e uma relação: “Glória a Deus e Paz aos homens”, porque Ele os tem em graça. Faz deles o objeto da sua bondade. O objeto da sua complacência (Lc 2,14) assim como acontece com seu Filho (Mt 3,17 e Mc 1,11).

2.1 A tomada de consciência e de responsabilidade

O cristão consciente que ouve pronunciar os nomes de paz, justiça, reconciliação, perdão, não pode evitar de estremecer interiormente. Pensa no Mestre que proclamou: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida” (Jo 14,6). Vê como Pilatos, cético e escarnecedor, vira as costas quando um detento lhe declara: “Eu vim para dar testemunho da verdade” (Jo 18,37). Vê, infelizmente, as situações atuais que são totalmente contrárias à mensagem de Jesus, mesmo se usam, camuflando-se, as mesmas palavras. O profeta já o lamentava: “Anunciando visões de paz, quando não existe paz” (Ez 13,16). Efetivamente, a tradição cristã no espírito da Bíblia, de forma instintiva, liga a estrada, os meios e os métodos que levam à verdade, com a vida e a verdade: a trilogia é atributo de Alguém: o Vivente e o Verdadeiro. Uma ligação vital reúne a verdade à vida da mesma forma como a paz ao crescimento para a maturidade e o bem estar.

Em latim “*via, veritas et vita*” são bens indispensáveis para ter a paz. Certamente as palavras não passam de palavras: mas conduzem às realidades que anunciam, e é preciso que os enunciados sejam justos, verídicos e não escondam intenções diversas sob as semelhanças do seu uso.

2.2 A paz nos seus componentes harmônicos

Nós partimos da chave giratória de toda a dinâmica social contemporânea: a paz social.

1) Leitura espiritual das situações. Nas ondas do rádio ou na tela da televisão o crente não capta nada que seja indiferente à sua fé e ao plano de salvação.

As situações de não-paz são amplamente conhecidas:

- catástrofes de todo tipo;
- fome no mundo;

- subdesenvolvimento estrutural do terceiro mundo;
- miséria social generalizada;
- poder destrutivo das guerras;
- acúmulo de armas de alcance mundial;
- decadência, desumanização dos comportamentos éticos;

Tomar conhecimento é tomar consciência.

2) Que significa a mensagem de paz do Evangelho num mundo feito assim? O cristianismo está em condições de favorecer a paz? de instaurar a paz, de impor a paz? O Evangelho de paz na tradição da Bíblia (Antigo e Novo Testamento) forma um todo. A paz diz da disposição de um Deus salvador do homem: é o dom da salvação que ele dá (Sl 28,11; Is 32,18). A paz retorna sob vultos variados:

- Paz = justiça Is 32,17; Sl 85,11;
- Paz = verdade Zc 8,19;
- Paz = lei Sl 119,165;
- Paz = vida Mt 2,5; Dt 30,19;
- Paz = tranqüilidade Rm 8,56;
- Paz = bem estar social Is 60,17; Dt 12,9s;
- Paz = saúde Gn 32,14.

“A paz não é como o contrário da guerra ou, de forma negativa, como a ausência de violência, de ódio, de intrigas, de injustiça, de medo e de terror (1Cor 2,18), mas sim, de forma positiva, como integralidade, o bem estar, a salvação, a vida em sentido amplo, ou seja, a vida não só temporal mas também eterna”.

Ela tem como exigências as relações harmonizadas (justas ou religiosas) com Deus e com os homens (cf. Nouveau Dictionnaire de Théologie). Para a teologia cristã, a paz é o contrário da violência e tem como harmonias a virtude, a justiça, o perdão, a reconciliação. Numa palavra: o amor. O amor é o único mandamento de Jesus: Amai-vos uns aos outros como eu vos amei. E traduz este único mandamento nos oito caminhos da felicidade, as Bem-aventuranças (Mt 5,1-12).

3) A mesma coisa se pode dizer da justiça: Deus se revela justo

O justo é conforme o direito e o direito justo é uma fórmula religiosa; a justiça é o juízo justo, depois a reta conduta do homem que tem reta consciência e, enfim, o juízo dado por um juiz justo. As sociedades atuais, além da justiça social, às vezes individualista, tomam consciência da justiça social expressa sobretudo em termos de reivindicação e através de violências. O importante aqui é a normalidade, a legalidade que deve ser seguida para haver equidade entre os homens e as suas sociedades.

4) O mesmo se diga da palavra reconciliação. Na verdade, as sociedades não conhecem mais que o perdão e a clemência. O esquecer exige um outro sentido de interesse superior que leva consigo um ato legal e positivo de purificação que vem selar um pacto, uma aliança nova ou a purificação da memória.

A postura de Cristo e da sua comunidade desde as origens introduz uma dimensão nova nas relações humanas: é a reconciliação. Essa se estende em três direções: um movimento para o alto (“katellagein”), um em direção horizontal (“sun-allagewin”) e um transversal (“diallagein”).

A reconciliação não é só o perdão pedido ou rejeitado nem o se esquecer. Ela é o movimento de superação, de acompanhamento e de diálogo que consegue criar uma situação nova e diferente em relação à inicial.

A reconciliação é o movimento de superação, de acompanhamento e de diálogo que consegue criar uma situação nova.

5) A fraternidade

O termo fraternidade (*fraternitas, germanitas* em latim) é de difícil expressão em línguas de outras raízes filológicas. De fato, especialmente as línguas africanas conhecem o irmão grande (maior) e o irmão pequeno (último, derradeiro). Em inglês, são usados os dois termos “brotherhood” e “fraternity”.

Mas se entende facilmente a ligação inclusiva que existe na fraternidade. Esta ligação fraterna implica uma ruptura daquilo que é originariamente uno. Alteridade e fraternidade vão juntas.

Em latim, “frater” e “fractio” provém de “frangere”, ou seja, romper, quebrar. A fraternidade é a ligação superior, consciente e reconhecida que se tem para além da ruptura do sangue e da geração. Toda fraternidade é uma fraternidade reconciliada. “Adelphoté”, novo termo, não diz o amor do irmão (philadelphia), mas o fato de ser irmão. Diz sobretudo a comunidade dos irmãos.

6) As novas culturas

Quando analisamos, vemos que o nosso mundo e nós mesmos, somos sacudidos por desequilíbrios sócio-políticos, por descobertas científicas não plenamente controladas, por invenções técnicas de amplitude inaudita com a usura das velhas ideologias e dos velhos sistemas. Herdeiros de uma cultura civilizadora esvaziada de sentido espiritual e, portanto, também vazia culturalmente, temos que fazer uma restauração.

“Um sentimento comum parece hoje dominar na grande família humana. Todos se perguntam que futuro construir na paz e na solidariedade nesta passagem de uma



época cultural para outra” (Papa João Paulo II, 2 de janeiro de 1990). Essa intervenção do Papa João Paulo II de fato queria traçar novos horizontes para a cultura mundial ao Pontifício Conselho para a Cultura. Um olhar cultural sobre a paisagem mundial da cultura mostrava que as grandes ideologias demonstraram-se desastrosas; pretensos sistemas científicos de renovação social desmoronam; mitos sobre a realização revolucionária do homem acabaram por ser trágicas utopias que trouxeram consigo uma regressão sem precedentes na atormentada história da humanidade.

Barreiras se elevam entre as esperanças de justiça e as suas realizações, entre a opulência e a miséria num mundo onde a luta no ter traz vantagem sobre o ser, entre um messianismo terrestre e a sede de uma nova justiça.

Surgiu uma grande esperança de justiça, de responsabilidade, de solidariedade, de espiritualidade. “A diferença entre a cultura e a religião, as culturas e as religiões, é um drama”, ao menos para a Igreja Católica. “Os choques culturais do nosso tempo convidam a retornar ao essencial e a reencontrar a preocupação fundamental que é o homem em todas as suas dimensões, políticas e sociais, certamente, mas também culturais, morais e espirituais. Está em jogo o futuro da humanidade.”

É necessário introduzir uma dinâmica de paz e de reconciliação dentro dos solavancos do nosso tempo para fazer nascer novos modos de pensar, de agir e de viver. É a fidelidade à aliança a fonte continuamente renascente de novas culturas” (Papa João Paulo II). Essas culturas não trarão a paz senão graças à presença de construtores de

paz. Na tradição bíblica nós conhecemos aqueles ossos ressequidos sobre os quais um novo sopro profético faz retornar o espírito e a carne.

7) Os direitos humanos

A dinâmica da paz através dos mecanismos da verdade, da justiça, do perdão e da reconciliação tem hoje como fator determinante os Direitos Humanos. “Para construir a paz, se deve fazer apelo aos recursos da paz mesma e, em primeiro lugar, à verdade que é, por excelência, a força pacífica da paz porque ela se comunica com a sua própria irradiação para além de qualquer coação”. Se você quer a paz, prepare a paz, não prepare a guerra.

Mas diante da violência que nasce da não-verdade, como proceder? A história do direito como tal, depois do direito de cada um dos indivíduos e de cada grupo esclarece esse esforço colocado em ação pelos povos para conter a violência prevendo os limites dos direitos e dos deveres. E se pode constatar que os momentos em que emergem e se definem esses direitos são quase sempre movimentados. Acontece assim daquilo que se chama a definição dos Direitos do Homem, ou melhor com os ingleses, dos Direitos Humanos, e para nós cristãos dos Direitos Humanos da Pessoa. A definição desses direitos, se sabe, é híbrida, feita de compromissos entre os liberais e os socialistas, para os quais, de fato, não constituem, por si, a primeira preocupação. A interpretação da definição se torna por isso problemática segundo as tendências que se tem: liberais ou socialistas.

Uma outra dificuldade é constituída pelo choque de ideologias de tendência imperialista. Em tais regimes, o exercício dos direitos é condicionado como é condicionada a sua aplicação.

A terceira dificuldade também é importante: essa deriva da globalização. É possível respeitar e fazer respeitar os Direitos Humanos em situações de globalização? Os direitos humanos da pessoa para nós permanecem o instrumento do mínimo exigível.

*É necessário introduzir
uma dinâmica de paz
e de reconciliação dentro
dos solavancos
do nosso tempo.*

*Se você quer a paz,
prepare a paz,
não a guerra.*

2.3 A paz duradoura

“Se a reconstrução das relações internacionais, através da organização internacional, foi levada adiante sobre a base de uma concepção política, simbolizada pela ONU, e de uma concepção econômica, representada pelas instituições de Bretton Woods e

pelo GATT, ao qual seguiu a Organização Mundial do Comércio, o governo mundial também se situa na lógica dos progressos tecnológicos, do crescimento do poder da informação como também nos movimentos ecológicos e humanitários que suscitam uma conscientização do universal e dos empenhos de solidariedade e de alteridade a favor de regulamentos de conflitos, de maior democratização, de melhor gestão do patrimônio da humanidade e da partilha mais igual da riqueza mundial”. A aldeia global para ser factível empenha e exige aproximações sociais.

Agora, em cada aproximação social, os passos são inscritos no tempo, no espaço e nas relações. É necessário criar ou inventar os lugares e os espaços para a paz.

Para isso, é preciso empenhar-se em:

- Inventar os mecanismos de paz em breve e em longo prazo;
- Multiplicar as instituições sociais a favor da paz;
- Iniciar a dar passos coletivos, familiares, interpessoais, que podem ser tímidos, mas significativos;
- Na vida social, as estruturas que geram consenso são as que trazem a paz se elas caminharem nessa direção
 - 1, da sociedade civil (cidadã) e dos grupos associativos emergentes; portanto, não somente as redes ONG
 - 2, dos grupos ‘alvo’: grupos juvenis (estudantes, desocupados, trabalhadores) e grupos por gênero (homens e mulheres), em vista do diálogo social
 - 3, das instituições sociais de qualidade.

É necessário criar ou inventar os lugares e os espaços para a paz

III – VIAS DE RECONCILIAÇÃO

A terceira parte evoca as vias no caminho da Reconciliação:

- A fraternidade;
- A diversidade cultural;
- A fraternidade cristã ou as fraternidades cristãs.

“Ano 2001, Ano internacional do diálogo entre as civilizações”: a mensagem das Jornadas Mundiais da Paz compromete a reflexão cristã no diálogo entre as diferentes tradições dos povos para um mundo reconciliado.

3.1 A aspiração à fraternidade é um dado

“A esperança do novo milênio se torna mais viva ao ver as relações entre os homens inspirarem-se sempre mais no ideal de uma fraternidade verdadeiramente universal (Jornada Mundial da Paz 2001). Esse ideal deve ser partilhado por aqueles que desejam o advento de uma paz que seja assegurada de forma estável. Entre os sinais dessa convicção inscrita na consciência humana e nela crescente, nota-se que o valor da fraternidade está presente no ‘Grande Mapa’ dos direitos humanos e das grandes instituições internacionais (ONU). Ela se impõe em razão do processo de globalização que une de maneira consciente a sorte da economia, da cultura e da sociedade”. A reflexão dos crentes das diversas religiões sobre um Deus comum favorece a consciência de ser irmãos.

Contudo, existem ainda zonas de sombra:

- feridas no passado dos povos: velhos ódios;
- conflitos sangrentos atuais;
- difícil solidariedade nas relações entre as pessoas de tradições diferentes;
- o fluxo migratório.

3.2 Diversidade das culturas e respeito recíproco

O pluralismo cultural e o multiculturalismo é um fato onipresente.

1) Passado

O passado permanece com suas sombras

- incompreensões, conflitos e também guerras por causa da língua, da maneira de ver os valores (moral, ética, religião);
- afirmação polêmica de certas identidades culturais contra outras culturas, ou opressão de certas identidades que geram o voltar-se de identidades sobre si mesmas ou reivindicações de identidade;
- cultura e identidades nacionais ligadas abusivamente entre elas. Cada cultura e itinerário cultural da humanidade são atravessados pelo mistério da iniquidade (2Ts 2,7).

A autenticidade cultural se torna hoje autenticação de modo que seja apreciado o ethos de cada cultura, isto é, a solidez de sua orientação moral e ética adaptada aos fins próprios de ser humano.

2) Presente

Ainda nos nossos dias:

- A radicalização das identidades culturais impermeáveis gera a violência;
- A aceitação passiva das culturas ou de alguns dos seus aspectos mais importantes, segundo uma concepção secular liberal e unidimensional, conduz a uma catalogação comum redutiva;
- As zonas de influência de geopolítica se unem às reivindicações culturais.

3) A via do diálogo

O diálogo entre as culturas aparece como uma exigência intrínseca da própria natureza do homem e da cultura. Por cultura entendemos a expressão histórica diversificada e contextual da unidade originária da família humana. O diálogo se torna a via para salvaguardar a particularidade e compreender-se; para comunicar na reciprocidade e enriquecer-se, convergindo para o alto e não para reduzir à uniformidade ou exigir um reconhecimento forçado e assimilador.

O diálogo entre as culturas aparece como uma exigência intrínseca da própria natureza do homem e da cultura.

4) Os desafios a serem recolhidos podem ser articulados em três pontos:

- capacidade e riscos de comunicar com a realidade cotidiana na presença da comunicação mundial;
- desafio das migrações e co-habitações territoriais;
- desafio da co-habitação intercultural.

5) A educação é o instrumento privilegiado para despertar:

- à consciência dos valores comuns;
- ao valor da solidariedade;
- ao valor positivo da paz;
- ao valor da vida;
- à construção – contribuição de cada identidade;
- ao perdão e à reconciliação;
- à purificação da memória.

Citamos aqui longamente o documento “A vida fraterna em comunidade” (Roma, 1994): “A comunidade religiosa, consciente das suas responsabilidades nos confrontos da grande fraternidade que é a Igreja, se torna também um sinal da possibilidade de viver a fraternidade cristã, como ainda do preço que é necessário pagar para a construção de qualquer forma de vida fraterna.

E mais, no meio das diversas sociedades do nosso planeta, percorridas por paixões e por interesses contrastantes que as dividem, desejosas de unidade mas incertas sobre os caminhos a seguir, a presença de comunidades onde se encontram como irmãos ou irmãs pessoas de diferentes idades, línguas e culturas, e que permanecem unidas apesar dos inevitáveis conflitos e dificuldades que uma vida em comum comporta, é já um sinal que atesta alguma coisa mais elevada e que faz olhar mais para o alto. As comunidades religiosas que anunciam com a sua vida a alegria e o valor humano e sobrenatural da fraternidade cristã, proclamam à nossa sociedade, com a eloquência dos fatos, a força transformadora da Boa Nova.

‘E acima de tudo, vistam-se com o amor, que é o laço da perfeição’ (Cl 3,14), o amor como foi ensinado e vivido por Jesus Cristo e é comunicado a nós através do seu Espírito. Esse amor que une é o mesmo que impulsiona a comunicar também aos outros a experiência de comunhão com Deus e com os irmãos. Cria os próprios apóstolos provocando a comunidade no caminho da missão, seja ela contemplativa, seja de anúncio da Palavra, seja de ministérios de caridade. O amor de Deus quer atingir o mundo: assim a comunidade fraterna se torna missionária deste amor e sinal profético da sua força unificadora” (n. 56).

IV - REFELXÕES OU PRO-POSIÇÕES TEOLÓGICAS

O nosso esforço se inscreve no movimento do Concílio Vaticano II que vem expresso na “Ad Gentes” n. 22: submeter toda a revelação, a tradição e as tradições a novas investigações. Enfrentar as questões da diversidade multicultural significa reconhecer que o caminho filosófico e antropológico não terminou de tratar:

- do uno e do múltiplo,
- da África múltipla e una,
- de um só que morre por todos.

Aqui nós tratamos sobre este relacionamento paradoxal e misterioso do uno e do múltiplo: denominamos este relacionamento de “a relação, as relações”.

De fato, sob esse termo “relação” colocamos as realidades fundamentais: verdade, justiça, paz, amor, solidariedade, mediação, reconciliação, intercessão, etc.

As raízes do termo “relação”, em latim (res, ferre, latus) evocam o gesto de trazer de novo, ligar, levar para, de novo. A religião é uma relação com o absoluto. A relação com um valor integrativo, “coligativo”, socializante. Ela pode ser apresentada como uma maneira, uma qualidade de ser de um indivíduo “aberto ou fechado”, capaz de ser do outro ou dos outros na sua dimensão global (integral).

Para a mentalidade africana, ser, existir, significa estar em relação. O homem afri-

cano é relação. O sofrimento, o mal, é a ameaça ou a perda dessa relação sem a qual ele não pode ser e sem a qual a sociedade morre.

A nossa postura é que o emergir dos grandes males do nosso tempo tem a ver com a perda das grandes relações colocadas em crise na natureza cósmica, no sistema ecológico, nos valores biológicos e éticos.

A nossa postura é que o emergir das grandes categorias da relação é um *KAIROS*, um momento favorável para levar ao mundo o Evangelho da criação, da cultura da paz, da justiça e da reconciliação.

A nossa postura é que a relação é um desafio à humanidade e à Igreja, que exige uma nova visão, uma nova consciência, uma nova responsabilidade, uma nova perspectiva da pregação e da conversão.

A relação é fonte e recurso onde o pecado se multiplica e de onde a graça jorra superabundante. Por isso, a multiplicidade não é uma graça: é uma possibilidade de graça.

Para a mentalidade africana, ser, existir, significa estar em relação. O sofrimento, o mal, é a perda dessa relação.

V – PARADOXOS

O paradoxo se encontra em cada relação presente, como tensão permanente, às vezes difícil, que põe a duras provas, causa de queda e de soerguimento entre:

- união na diferença;
- unidade e diversidade;
- identidade e alteridade;
- variedade e complementaridade;
- personalidade – comunidade/fraternidade;
- individualidade – coletividade/sociedade;
- solidão – comunhão.

O seu nome de pecado é legião, coágulo de medos, fechamento, abaixamento, silêncios culposos, rivalidade, suspeita, frustrações, rejeições, passividade silenciosa, sectarismo, recurso às relações para proteger-se, para desfrutá-las.

O seu dom de graça está, porém, presente, que o faz um elemento portador de riquezas de eternidade. Identidade e alteridade, unidade e pluralidade são um apelo para uma humanidade renovada, capaz de viver de maneira consciente e responsável:

- a inter-humanidade;
- a interpersonalidade;

- a interculturalidade;
- a inter-religiosidade;
- a internacionalidade;
- a intereclesialidade.

A relação compõe os seguintes componentes:

- o diálogo;
- o perdão;
- a reconciliação;
- a justiça e a paz;
- o amor e a verdade;
- a intercessão e a mediação.

A relação é dada como uma capacidade secreta, *KAIROS*, momento favorável, no coração da globalização. Ela é dada ao nosso mundo presente para aprofundar:

- a humanização;
- a fraternidade;
- a convivência;
- a personalização;
- a socialização da criação e das sociedades.

O caminho eclesial, que é o nosso, desembra da Encarnação, na inculturação-integração, na Redenção, na mediação (diálogo), e na reconciliação.

As culturas diversas, as sociedades e as fraternidades multirraciais podem provocar a traição e a crucificação dos outros, mas também pode possibilitar a santidade e a ressurreição para uma humanidade mundial e de fraternidade eclesial.

*A relação é dada como
uma capacidade secreta,
KAIROS, momento
favorável, no coração da
globalização.*

Fevereiro de 2004.



*“A nossa primeira experiência comum foi
a calorosa acolhida dos nossos irmãos da Etiópia”*

A Fraternidade Evangélica num Mundo Multiétnico Perspectivas franciscanas e capuchinhas

*Frei John Corriveau, OFMCap
Ministro Geral*

A MISSÃO FRANCISCANA UNIVERSAL

1.1 No areópago de Atenas São Paulo manifestou a sua visão da unidade da humanidade: *De um só homem ele (Deus) fez toda a raça humana* (At 17,26). A fé cristã nutre em nós a esperança de poder construir um dia essa unidade visível dos filhos de Deus, os quais, na sua grande diversidade, acolher-se-ão uns aos outros sem a condição e a ambição de colonizar os outros ou, de algum modo, submetê-los: *De fato, estou compreendendo que Deus não faz distinção entre as pessoas. Pelo contrário, ele aceita quem o teme e pratica a justiça, qualquer que seja a nação a que pertença* (At 10,34-35).

1.2 Pedro não compreendeu muito facilmente tudo isso. Foi necessária uma intervenção especial do Espírito Santo sob a forma de uma visão que sacudiu vivamente a sua sensibilidade cultural. Nela lhe era ordenado comer o que o código de alimentação de Israel qualificava como impuro e considerava totalmente de mau gosto. Depois foi praticamente seqüestrado e conduzido à casa de Cornélio, um pagão, onde compreendeu, em relação a Deus, uma verdade desconcertante para um judeu: *De fato, estou compreendendo que Deus não faz distinção entre as pessoas* (At 10,34). Todavia, não obstante o caráter universalizador de suas palavras, a conversão de Pedro a uma visão da salvação universal ainda não era completa quando saiu da casa de Cornélio. Foi necessário chegar ao confronto que Paulo descreve em termos dramáticos na Carta aos Gálatas: *Mas, quando Cefas chegou a Antioquia, opus-me a ele abertamente, pois ele merecia censura. Com efeito, antes que chegassem alguns da comunidade de Tiago, ele tomava refeição com os gentios. Mas, depois que eles chegaram, Cefas começou a esquivar-se e a afastar-se, por medo dos circuncidados* (Gl 2,11-12).

1.3 *De fato, estou compreendendo que Deus não faz distinção entre as pessoas* (At 10,34). Essa afirmação continha muito mais que uma luta pelos direitos! A Pedro e aos Apóstolos o desafio era compreender e aceitar a natureza da Igreja que tinha sido revelada à humanidade desde o seu nascimento no dia de Pentecostes: *Esses homens que estão falando não são todos galileus? Como é que nós os escutamos na nossa própria língua?*

Nós que somos pardos, medos e elamitas, habitantes da Mesopotâmia, da Judéia e da Capadócia, do Ponto e da Ásia, da Frígia e da Panfília, do Egito e da parte da Líbia próxima de Cirene, também romanos que aqui residem; judeus e prosélitos, cretenses e árabes, todos nós os escutam os anunciarem as maravilhas de Deus na nossa própria língua (At 2,7-11). As maravilhas de Deus reúnem na unidade os habitantes de toda a terra como era conhecida então pelos Apóstolos. São Paulo descreve o fato como um mistério, do qual Deus lhe deu conhecimento por revelação (cf. Ef 3,2). Esse mistério – continua Paulo – Deus não o fez conhecer aos homens das gerações passadas (Ef 3,5); e assim ele faz parte da novidade essencial do Evangelho: os pagãos são admitidos à mesma herança, são membros do mesmo corpo, são associados à mesma promessa em Jesus Cristo, por meio do Evangelho (Ef 3,6). Trata-se claramente de uma visão universal absoluta.

1.4 A redenção que se revela na morte e ressurreição de Jesus ultrapassa os limites da Igreja; diz respeito a toda a humanidade. Os seus efeitos são profundos e transformam as relações entre as pessoas humanas: *porque Deus quis habitar nele com toda a sua plenitude e por ele reconciliar consigo todos os seres, os que estão na terra e no céu, realizando a paz pelo sangue da sua cruz (Cl 1,19-20)*. A vocação da Igreja é ser sinal e mediadora do amor universal de Deus para com todos os povos e todas as culturas. *De fato, estou compreendendo que Deus não faz distinção entre as pessoas. Pelo contrário, ele aceita quem o teme e pratica a justiça, qualquer que seja a nação a que pertença (At 10,34-35).*

Desde os primeiros tempos da sua conversão, Francisco viveu uma vocação à universalidade na Igreja.

1.5 Desde os primeiros tempos da sua conversão, Francisco viveu uma vocação à universalidade na Igreja. Diante do bispo de Assis, clara e publicamente, abandonou a sua posição social como filho de Pedro Bernardone. Paradoxalmente, identificando-se com os privados de *status* social, Francisco tornou-se o irmão de todos. A missão da sua fraternidade não era universal somente por causa da sua dimensão social mas também por causa do seu compromisso mundial por todos os povos. Francisco, ainda quando tinha não mais que oito frades, já lhes dava essas instruções: *Ide, caríssimos, dois a dois, pelas diversas partes do mundo, anunciando aos homens a paz e a penitência para a remissão dos pecados (1Cel XII, 29,3)*. E o seu biógrafo continua: *Então Frei Bernardo, juntamente com Frei Egídio, tomou o caminho de Santiago (de Compostela), e São Francisco escolheu outra direção do mundo com um companheiro, e os outros quatro, caminhando dois a dois, tomaram as direções restantes (1Cel XII, 30,1)*. A missão de Fran-

cisco era universal também na sua mensagem de uma fraternidade que inclui todos. A *Legenda dos Três Companheiros* nos fala do final de um capítulo que acontecia duas vezes ao ano na Porciúncula. Francisco enviava seus frades ao mundo dizendo-lhes:

Assim como proclamais a paz com a boca, assim em maior medida a tendais nos vossos corações. Ninguém por meio de vós seja provocado à ira ou ao escândalo, mas todos sejam provocados pela vossa mansidão à paz, à benignidade e à concórdia. Pois para isso fomos chamados, para cuidar dos feridos, enfaixar os que têm fraturas e chamar de volta os que erram (LTC XIV, 58,4-6).

*Não se tentará
colonizar ou subestimar,
de maneira alguma,
a personalidade
religiosa do outro.*

E nós podemos encontrar ainda uma outra maravilhosa indicação da universalidade da vocação franciscana no encontro com o sultão Malek-el-Kamel, que considerou Francisco como *um homem extraordinário* (cf. 1Cel XX, 57,10). Talvez tenha sido esse encontro que impulsionou Francisco a exortar os seus frades a tornarem-se sinais e mediadores do amor universal de Deus por todos os povos e todas as culturas: *Os irmãos que vão (para o meio dos sarracenos e outros infiéis), no entanto, podem de dois modos conviver espiritualmente entre eles. Um modo é que não litiguem nem porfiem, mas sejam submissos a toda criatura humana por causa de Deus e confessem que são cristãos. Outro modo é que, quando virem que agrada a Deus, anunciem a palavra de Deus, para que creiam em Deus onipotente, Pai, Filho e Espírito Santo* (RnB XVI, 5-7). Não se tentará colonizar ou subestimar, de maneira alguma, a personalidade religiosa do outro.

UMA COMUNHÃO DE COMUNIDADES

2.1 O Concílio Vaticano constituiu-se na mudança mais fundamental da Igreja na sua compreensão de base de si mesma. Karl Rahner pensou que o Vaticano II, no que se refere à profunda e fundamental mudança na vida e na orientação teológica da Igreja, pudesse ser colocado no mesmo nível do Concílio de Jerusalém do ano 49 d.C., no qual a Igreja teve que assumir uma visão mais ampla, aceitando os cristãos vindos dos gentios na primitiva comunidade judeu-cristã, e no mesmo nível da adoção constantiniana da Igreja como religião do Império no quarto século. O Vaticano II evidentemente não surgiu num vazio social e político. O Concílio se coloca no período em que, depois da segunda guerra mundial, a geografia do mundo foi redesenhada sob a motivação do direito inalienável dos povos à autodeterminação. Nesse contex-

to, o Concílio entendeu que a Igreja não existe em abstrato: ela se encarna em regiões precisas, em culturas e povos que formam igrejas locais. Em 1960, a Igreja, de repente, se deu conta que vivia em centenas e até milhares de culturas diferentes. E para assumir essa diversidade a Igreja tinha que identificar a fonte da autêntica unidade, além da simples uniformidade, muitas vezes entendida segundo o modelo cultural e a experiência da Europa, que no passado tinha sido considerada o equivalente da unidade. O Vaticano II encontrou essa fonte da unidade no mistério da Trindade: “Assim a Igreja toda aparece como ‘um povo unido pela unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo’” (*Lumen Gentium* 4). A Trindade é uma comunhão de amor na diversidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo. A Igreja deve viver essa comunhão sobre a terra, atraindo os filhos e as filhas da humanidade para a própria vida da Trindade. Segundo a expressão da *Novo Millennio Ineunte*, a Igreja é “a casa e a escola da comunhão” para o mundo (§43). Pela intensa comunhão de vida e de amor vividos em cada igreja local, a Igreja universal pode ser uma comunhão de comunidades nas quais a diversidade não estará reconciliada a não ser quando essa for “unida pela unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo” (*Lumen Gentium* 4).

*Em 1960 a Igreja,
de repente, se deu conta
que vivia em centenas
e até milhares
de culturas
diferentes.*

2.2 À semelhança da própria Igreja, a Ordem, durante o período que sucedeu ao Vaticano II, passou do estágio de fraternidade essencialmente europeia ao de fraternidade mundial, multirracial, multiétnica e multicultural. Como a Igreja, a Ordem tem a maior parte dos seus membros fora da Europa. A teologia da comunhão influenciou profundamente a forma da Ordem conceber a sua identidade e a sua missão no mundo. A concretização franciscana da teologia da comunhão é a fraternidade evangélica. Nós somos uma fraternidade de testemunho evangélico. Mais, como a Igreja universal não existe de forma abstrata mas em centenas e até milhares de igrejas locais presentes em regiões, culturas e povos, assim a Ordem internacional não existe se não quando se encarna e se incultura exatamente nas centenas de fraternidades locais. E como a Igreja foi redefinida como uma comunhão de comunidades, assim cada província da Ordem deve reviver, deve ‘refundar-se’ como uma ‘rede de fraternidades locais’. A teologia da comunhão expressa bem a nossa missão: cada fraternidade local da nossa Ordem, vivendo o amor evangélico que re-

*A Ordem internacional
não existe senão
quando se encarna
e se incultura nas
centenas de
fraternidades locais.*

concilia, deve ser ‘casa e escola de comunhão’ para a igreja local. A comunhão das fraternidades locais organizadas em redes provinciais torna-se expressão visível e catalisadora da unidade da Igreja, ela mesma espalhada por todo o mundo.

UMA ESPIRITUALIDADE DA FRATERNIDADE

3.1 Na exortação apostólica *Novo Millennio Ineunte*, o Papa João Paulo II conclui que não é suficiente simplesmente reestruturar a Igreja em comunidades. Afirma que é preciso uma “espiritualidade de comunhão” na qual a vida da Trindade se torna nosso modelo de interação com o mundo (cf. *Novo Millennio Ineunte* 43). Il Papa indica a importância desse processo:

“Não haja ilusões! Sem esta caminhada espiritual, de pouco servirão os instrumentos exteriores da comunhão. Revelar-se-iam mais como estruturas sem alma, máscaras de comunhão, do que como vias para a sua expressão e crescimento” (*Novo Millennio Ineunte* 43).

Se considerarmos o estado de conflito do nosso mundo, compreendemos a urgência que o Papa sente. É mais que evidente que as relações sociais, interétnicas e inter-religiosas têm grande necessidade da graça da redenção a fim de que a paz se estabeleça em nosso mundo. A nossa Ordem começou a responder ao apelo do Papa de desenvolver uma “espiritualidade de comunhão” por ocasião do VI e VII Conselho Plenário, que renovaram o modo de conceber e de interpretar os valores evangélicos da pobreza e da minoridade no quadro da teologia da comunhão para criar uma “espiritualidade de fraternidade”.

UMA LIVRE COMUNHÃO DE IRMÃOS

4.1 Nós precisamos reencontrar a nossa identidade de frades menores para mostrar a graça da redenção nas relações interpessoais do nosso mundo multiétnico. É a humildade que abre o coração humano à experiência da relação. A humildade é a virtude que nos permite sair de nós mesmos para ir ao encontro do outro. A humildade está no centro da minoridade franciscana. O modelo da humildade franciscana – ou minoridade – deriva da Santíssima Trindade. Inspirando-se em São Boaventura, a Trindade foi descrita como uma “livre comunhão de pessoas sem dominação e sem subordinação”. A Trindade é comunhão. A Trindade é uma “livre comunhão”, um amor

que liberta. A Trindade é comunhão sem imposição nem dominação. O Pai não domina o Filho, não o controla. O Filho não condiciona o Espírito Santo. A Trindade é comunhão sem subordinação. O Pai é sempre e eternamente o Pai, sem nunca diminuir o Filho ou o Espírito Santo. São Francisco tem razão quando diz que Deus é humildade, porque o nosso Deus trinitário é, por natureza, relacional. A humildade revela a natureza relacional de Deus. E do mesmo modo manifesta a natureza relacional da nossa humanidade. Ser humilde significa gloriar-se pelo fato que nós fomos criados com amor e redimidos por amor para viver uma relação de amor com o Deus trino que nos criou e redimiu e do qual partilhamos a vida. A Trindade é o modelo das relações que nós queremos ter enquanto frades menores: “uma livre comunhão de irmãos sem dominação nem subordinação”. É esta a fraternidade que é fonte de comunhão para o nosso mundo multiétnico.

É a humildade que abre o coração humano à experiência da relação.

4.2 “Uma livre comunhão de irmãos sem dominação nem subordinação” deriva daquilo que as nossas *Constituições* chamam de *obediência caritativa* dos frades. A obediência franciscana é vivida em vista da relação. A *obediência caritativa*, uma característica da nossa fraternidade pela qual os frades se põem a serviço uns dos outros, nos reúne em comunhão (Cons. 84,2). O Espírito Santo, que Francisco chamava “o ministro geral da Ordem” está no centro da *obediência caritativa*, porque é ele, o espírito Santo – o elo de unidade entre o Pai e o Filho – que nos coloca em relação.

4.3 É importante notar que se se quer que a *obediência caritativa* produza uma comunhão de irmãos sem dominação, a conversão não deve começar por quem é chamado “súdito”, mas sim pelo ministro. Isso se revela evidente no modelo trinitário. Não somos nós, os indivíduos, que entramos em relação com a Trindade, é o Espírito Santo, nosso ministro geral, que nos atrai para essa relação. Quando as relações são tesas e conflituosas, precisamos mudar antes de tudo a nossa maneira de exercer a autoridade. O objetivo principal do exercício da autoridade na Ordem não é fazer com que a operação tenha sucesso! E também não é “tomar uma boa decisão”! O papel primordial da autoridade é reunir os frades em comunhão. O modelo da autoridade franciscana é “o ministro geral da Ordem”, o Espírito Santo!

As nossas *Constituições* o afirmam muito claramente quando descrevem as bases da autoridade na nossa Ordem. A fonte principal da autoridade é o *serviço*: “Cristo não veio para ser servido mas para servir. Para demonstrar isso, lavou os pés dos apósto-

los... Por isso os ministros... sirvam aos outros frades” (156,1-2). A segunda fonte da autoridade é a *coerência de vida*. Os ministros devem viver o que pregam: “presidam as suas fraternidades no amor, tornando-se de coração o seu modelo” (157,1). Em terceiro lugar o ministro tem autoridade pela sua capacidade de ouvir e de dialogar com os seus frades: “Com espírito evangélico procurem de boa mente dialogar... com os frades, e aceitem seus conselhos” (157,4). E, enfim, somente quando todas as outras coisas não tiverem tido sucesso, o ministro se apoiará à autoridade decorrente do cargo: “em força do cargo, cabe aos ministros assumir a última decisão” (157,4).

Se se quer que a obediência caritativa produza uma comunhão de irmãos sem dominação, a conversão não deve começar por quem é chamado ‘súdito’, mas sim pelo ministro.

4.4 A *obediência caritativa* constitui uma comunhão de irmãos sem subordinação. São Boaventura utiliza o termo *circumcessio* para descrever essa dimensão da comunhão da Trindade. As pessoas divinas “giram uma em torno da outra” numa comunhão de amor. É essa colaboração de dons mutuamente respeitosa que a *obediência caritativa* procura construir entre os irmãos para o serviço da fraternidade, da Igreja e do mundo. “Todo aquele que inveja seu irmão, por causa do bem que o Senhor diz e faz nele, pertence ao pecado de blasfêmia, porque inveja o próprio Altíssimo que diz e faz todo o bem” (Ad VIII,3). “Bem-aventurado o servo que não mais se exalta do bem que o Senhor diz e opera através dele do que [pelo bem] que diz e opera por meio de outro” (Ad XVII,1). “Quanto é o homem diante de Deus, tanto é e não mais” (Ad XIX,2). Num sermão de Pentecostes Santo Antonio recorda que o Espírito Santo desceu sobre os apóstolos e sobre os discípulos em forma de línguas de fogo. E diz que na Igreja primitiva essas línguas de fogo se reuniram para formar um rio de fogo que incendiou o mundo. Quando a *obediência caritativa* guia os dons da fraternidade em vista do crescimento da comunhão, esses dons se unem para formarem um “rio de fogo” que leva ao mundo a verdade do Evangelho.

No modelo de autoridade que deriva da minoridade, a missão da autoridade é confirmar os dons dos irmãos enquanto dons do Espírito Santo para a construção da comunidade. O ministro ideal assegura que os dons da sua fraternidade sejam colocados em prática e com os seus próprios esforços completa o que falta aos outros. Num modelo que admitisse a dominação, a

A missão da autoridade é confirmar os dons dos irmãos enquanto dons do Espírito Santo para a construção da comunidade.

sombra do ministro esconderia todos os outros. Os seus próprios dons dominariam e controlariam. Os outros seriam solicitados a fazer aquilo que ele não soubesse fazer por si mesmo. A autoridade então não seria fonte de unidade, mas ocasião de competição e de divisão.

4.5 “Vós sabeis que os chefes das nações têm poder sobre elas e os grandes as oprimem. Entre vós não deverá ser assim...” (Mt 20,25-26). Cada comunidade étnica, cada comunidade cultural tem a sua maneira própria de exercer a autoridade, tanto na família como na sociedade em geral. E, inevitavelmente, tais modelos são baseados sobre um poder que domina e coloca à sombra. Como consequência, quando se exerce a autoridade sem atenção especial e a partir do próprio mundo étnico e cultural e, sobretudo se se exerce a autoridade sobre pessoas que provêm de um outro grupo étnico, é inevitável que a autoridade seja percebida como uma tentativa de dominação por parte de uma etnia sobre a outra. Cada estrutura de autoridade tem necessidade da purificação do Evangelho! Sem isso o exercício da autoridade torna-se fonte de tensões étnicas. Para que as nossas fraternidades sejam casas e escolas de comunhão para o mundo, nós precisamos estar atentos à maneira como exercemos a autoridade em todos os níveis, nas nossas fraternidades e nos nossos ministérios e serviços à Igreja e ao mundo. É necessário um esforço consciente e atentamente estudado para adotar uma maneira ‘capuchinha’ comum no exercício da autoridade. Tal exercício deve fundar-se sobre os valores espirituais das nossas *Constituições*.

Quem exerce o poder de forma a dominar os outros e a relegá-los na obscuridade, instintivamente se volta sobre a própria comunidade étnica. Isso é verdade na sociedade civil. E é verdade também na Igreja e na Ordem. Portanto, é essencial reexaminar as nossas estruturas de autoridade se queremos criar fraternidades multiétnicas. Quando a autoridade promana de um poder que domina e obscura os outros, logo existirão competições para os cargos e divisões na base da identidade étnica.

4.6 A reforma do exercício da autoridade deve iniciar desde os primeiros estágios da formação inicial. Todo frade é *dado por Deus à fraternidade* (Const. 26,1). “A essa vocação cada um deve dar uma resposta de amor com a maior liberdade, conciliando a liberdade da pessoa humana com a vontade de Deus” (Const. 14,2). As *Constituições* repetem continuamente frases como: “toda formação é, antes de tudo, obra do Espírito Santo” (23,1); “a formação ativa requer a colaboração dos formandos” (23,2); “tendo em conta seu temperamento particular e também a graça” (25,4). Em todos os casos, mas ainda mais especialmente nas situações multiculturais ou multiétnicas, a

formação não se faz por imposição ou por dominação. Quando há dominação, os jovens frades se voltam, instintivamente, para a própria comunidade étnica para ali encontrarem força e proteção! Para construir uma fraternidade multiétnica são necessárias estruturas de formação livres de dominação. Quando os frades se sentem individualmente valorizados, são capazes de crescer e de empenhar-se nas relações para além das suas raízes étnicas.

4.7 “Cultivemos o colóquio mútuo, confiando nossas experiências e manifestando nossas necessidades. Além disso, que o espírito de compreensão fraterna e de sincera estima esteja presente em todos” (Const. 84,2). Uma fraternidade que se concebe como uma comunhão não poderia existir sem diálogo e sem mútua estima. E é precisamente nesse contexto que as nossas *Constituições* colocam o capítulo local: “Haja um empenho especial pelo Capítulo Local, que é um instrumento privilegiado para promover e manifestar o crescimento e a índole da nossa vida na comunhão fraterna” (84,2). O capítulo local bem feito é instrumento indispensável para a construção da comunhão nos contextos multiculturais. Enquanto refletia sobre o capítulo local, me veio em mente uma passagem dos *Atos dos apóstolos*:

“Saulo chegou a Jerusalém e procurava juntar-se aos discípulos. Mas todos tinham medo dele, pois não acreditavam que ele fosse discípulo” (At 9,26). Três anos depois da sua conversão, Paulo ainda incutia temor na comunidade de Jerusalém. Não procurava mais prender os cristãos, mas se tinha ainda medo do seu poder de dominação. Tinha-se medo que Paulo tivesse simplesmente trocado uma ideologia por outra. Não se acreditava que “fosse verdadeiramente discípulo”. Para conquistar a confiança da igreja de Jerusalém, Paulo devia demonstrar que ele também tinha adotado a obediência! A confiança cresce entre os irmãos que se respeitam mutuamente. O tom do capítulo local e do capítulo provincial é revelador do espírito de minoridade que existe numa fraternidade. “Nenhum irmão exerça **qualquer poder ou domínio**, mormente entre si” (RnB V,9). Ainda que o capítulo local deva ser considerado como essencial em todas as fraternidades, ele, todavia, assume uma importância especial nos contextos caracterizados pela presença de diversas culturas diferentes. Quantos capítulos locais ou provinciais acabam num fiasco por causa de um frade ou de alguns frades que tentam mais dirigir e dominar os outros do que ouvi-los e apreciá-los!? Quando províncias ou vice-província toleram os “Paulo-antes-da-conversão”, os capítulos, tanto locais como provinciais, tornam-se impossíveis. Essa é uma razão a mais para que a nossa Ordem exorcize esses “Paulo-não-convertidos”, assumindo como método um estilo de gover-

Para conquistar a confiança da igreja de Jerusalém, Paulo devia demonstrar que ele também tinha adotado a obediência!

no baseado no serviço. O governo fundado no poder de dominação produz escravos. E, paradoxalmente, os primeiros escravos serão os membros da família étnica daquele que está no governo. O governo fundado no serviço libera os talentos e os corações de todos os frades.

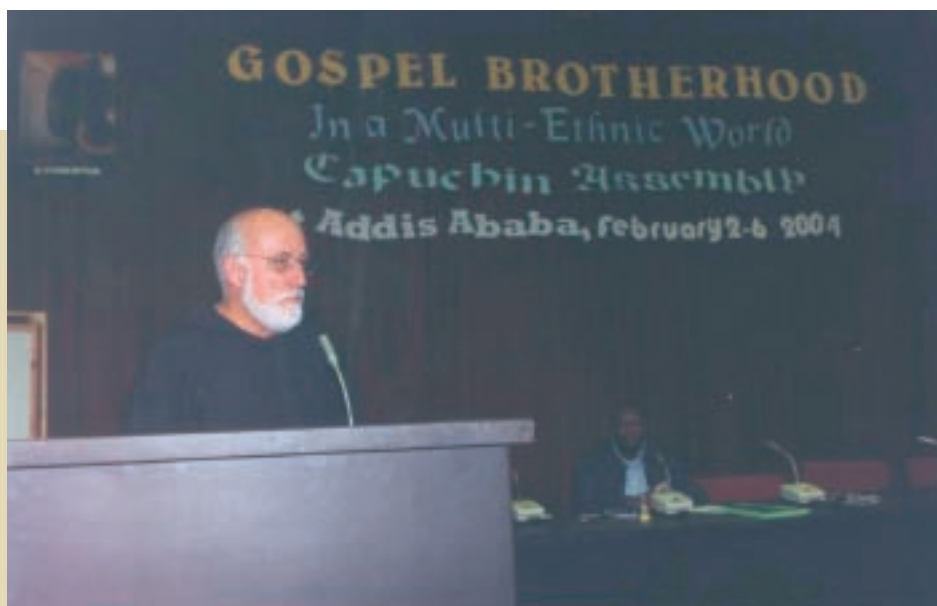
UMA ECONOMIA FRATERNA

5.1 O VI CPO, *Viver a Pobreza em Fraternidade*, foi celebrado em 1998. O VII CPO, *A nossa Vida Fraterna em Minoridade*, será celebrado no mês de março deste ano. Na lógica da temática, o sétimo deveria ter precedido o sexto, porque, segundo Francisco, a pobreza evangélica é a guardiã e a protetora da humildade evangélica. Uma *economia fraterna* é dimensão essencial de *uma livre comunhão de frades sem dominação nem subordinação*. A proposição 6 do VI CPO o afirma com clareza:

Para Francisco a avidez e a avareza rompem as relações com Deus enquanto a ambição e a concorrência prejudicam o sentido de fraternidade entre as pessoas. Para poder viver plenamente o ideal evangélico de amor e de fraternidade, ele adotou uma forma de vida, com seus primeiros companheiros, que implicava corajosas decisões de pobreza (VI CPO 6).

5.2 Uma *economia fraterna* difere radicalmente da *economia globalizada* dos nossos dias. O objetivo central da *economia globalizada* é aumentar a riqueza. O objetivo central de uma *economia fraterna* é fortalecer a comunhão entre as pessoas. Os meios que a *economia globalizada* usa para alcançar o seu objetivo incluem a competição sem piedade e a concentração da riqueza e do poder nas mãos de poucos com o domínio e o controle do mundo da economia, da produção e do comércio. Os meios para alcançar o objetivo e o fim da *economia fraterna* são a solidariedade e a mútua dependência, a participação e a proteção dos mais fracos. Os princípios da *economia fraterna* mudarão profundamente a nossa postura em relação aos bens da terra, ao trabalho e aos pobres, bem como a respeito da administração. Isso, por sua vez, transformará as nossas relações uns com os outros e com os povos da terra. A *economia fraterna* nunca ocupará o lugar nem derrubará a *economia globalizada*, mas fará da nossa Ordem *uma casa e uma escola de comunhão* nesse mundo da nova economia emergente.

5.3 Creio poder afirmar muito honestamente que se a gestão da sua província, vice-província ou custódia não aplicou metodicamente os princípios do VI CPO, atualmente vocês funcionam, em tudo ou em parte, segundo as normas da economia



globalizada. O objetivo da economia provincial ou local, nesse caso, é proteger o dinheiro sem que aconteça uma ligação entre o gerenciamento dos bens e o crescimento da comunhão.

Quando o objetivo fundamental da gestão é proteger o dinheiro e não fazer crescer a comunhão, nos abrimos a todo tipo de abuso. A autoridade econômica será concentrada nas mãos de um pequeno número, as decisões econômicas serão tomadas de maneira autônoma por frades que não deverão prestar contas e a administração do dinheiro será feita em grande segredo. Muitas vezes, os que controlam o dinheiro serão considerados até como benfeitores – ou, pior ainda, como patrões – dos outros frades. E exercerão o poder de domínio. Aí, então, certamente não se poderá mais falar de *uma livre comunhão de irmãos sem dominação*

O objetivo central de uma economia fraterna é fortalecer a comunhão entre as pessoas.

nem subordinação. E se um quadro econômico desses for aplicado a um ambiente multiétnico, facilmente acontecerão as divisões interétnicas.

Para Francisco a avidez e a avareza rompem as relações com Deus do mesmo modo como a ambição e a competição destroem o espírito de fraternidade entre as pessoas. Para viver a plenitude do ideal evangélico de amor e de fraternidade, Francisco e seus primeiros companheiros adotaram uma forma de vida que, para a sua época, comportava opções audazes em relação à pobreza (cf. VI CPO 6).

Se quisermos construir *uma livre comunhão de irmãos sem dominação nem subordinação*, que seja fonte de comunhão para a Igreja e para o mundo, devemos ter, como Francisco, a coragem de escolher uma nova economia, uma economia radicalmente diferente. Dever-se-á examinar e reformar a economia das nossas províncias e das nossas fraternidades locais segundo os três princípios de *solidariedade, participação e transparência*. Então teremos realmente avançado no caminho de uma economia fraterna e de relações transformadas entre os próprios frades e entre os frades e as pessoas que servimos.

CONCLUSÃO

6.1 A identidade étnica como extensão das relações de família dá personalidade e segurança à gente. Infelizmente, ela é também motivo de confronto e de divisão. A nossa fraternidade capuchinha, hoje, encontra-se presente em 97 nações e compreende membros de centenas de comunidades étnicas. Ela tem, portanto, uma vocação especial como *casa e escola de comunhão* (*Novo Millennio Ineunte*, 43; *Vita Consecrata*, 51). Nem a sociologia nem a política sozinhas poderão transformar as relações interétnicas. Essas mudanças precisam da força de Deus: “Mas, a todos que a receberam, deu-lhes capacidade de se tornarem filhos de Deus isto é, aos que acreditam em seu nome, pois estes **não nasceram do sangue**, nem da vontade da carne, nem da vontade do varão, mas de Deus mesmo” (Jo 1,12-13).

A nossa fraternidade capuchinha, hoje, encontra-se presente em 97 nações e compreende membros de centenas de comunidades étnicas.

Somente essa base de fé pode permitir-nos construir fraternidades autênticas, capazes de proclamar que a água do batismo é mais forte que o sangue! O batismo – especialmente quando é confirmado pelos laços da fraternidade franciscana – forja uma solidariedade, uma unidade e uma dependência mútua mais forte e mais eficaz que os laços étnicos. *A água é mais forte que o sangue!* Essa con-

vicção nos chama a uma profunda conversão. A conversão do batismo e a conversão à fraternidade franciscana devem mostrar os seus frutos nas nossas decisões de agir de modo diverso e de realizar no tempo o que previa a Regra:

“se a mãe nutre e ama o seu filho carnal, quanto mais diligentemente não deve cada um amar e nutrir a seu irmão espiritual!” (RB VI,9).